

# A Política e a construção da opinião pública (Opinião)

written by Miguel Palma Costa | 26 de Janeiro, 2024

**OCIDADAO**  
Journalismo Livre



*Miguel Palma Costa*

De um modo geral, a chamada 'classe política' não beneficia de uma imagem muito favorável junto da opinião pública. Muitos consideram que a atuação dos políticos pouco ou nada mudou nas últimas décadas. Mantêm-se os mesmos hábitos/vícios, a mesma postura e distância face aos cidadãos e seus problemas (embora demonstrem, agora, uma aparente abertura – e preocupação – com

a opinião pública), e muitos cultivam ainda a habilidade de “falar sem dizer quase nada”, de não se comprometerem com coisa nenhuma, ou seja, são autênticos especialistas na arte de contar histórias para os jornalistas/media ouvirem e depois reproduzirem.

Uma das crenças primárias que as pessoas têm sobre os políticos é que estes fazem o que as sondagens/estudos de opinião lhes disserem que é do interesse da maioria. Aliás, no presente, ouvimos muitas queixas de cidadãos anónimos e de especialistas nestas matérias, de que existe uma crise de lideranças, que há falta de um rumo, que não há um direção definida e que os políticos procuram descobrir o que a opinião pública deseja e depois seguem – ou pelo menos, “dizem que seguem” – o ‘norte’/rumo desejado por essa opinião pública.

A ideia de que os políticos guiam a sua ação pelos dados obtidos nas sondagens/estudos de opinião, cria também a sensação de que o sistema político é responsável (e pode ser responsabilizado) perante o público. Contudo, se analisarmos melhor a opinião pública, se o fizermos de uma forma mais aprofundada, descobrimos que a ideia de termos políticos dirigidos por sondagens é, na realidade, um mito. Por exemplo, se investigássemos o que dizem as sondagens sobre o que a maioria dos portugueses apoia na atualidade – maior investimento público nas áreas da saúde, educação, mais regulamentação nas questões ambientais e no combate à corrupção, mas também o desejo de um aumento significativo do salário mínimo nacional e pensões de reforma e uma reforma do sistema político e eleitoral –, por outras palavras, se os políticos fossem mesmo dirigidos pelos dados colhidos nas sondagens, então, eles seriam a favor (e implementariam) de políticas mais liberais da ala de esquerda, mas a realidade é que não as seguem e não são conduzidos por elas.

Ora, num sistema democrático, a importante questão que tudo isto levanta é a seguinte: como é possível esta incompatibilidade entre os desejos dos cidadãos/eleitores e as

políticas seguidas pelos seus ‘representantes políticos’? Como explicamos esta inegável contradição? São, efetivamente, os políticos o reflexo da opinião pública? Para começar, podemos dizer que na maioria dos temas/questões económico-financeiros, os políticos desconsideram totalmente a opinião pública. Depois, entra a influência do chamado “quarto poder”. Hoje, os meios de comunicação contam (e fabricam) narrativas sobre o que é a opinião pública, em vez de a refletirem simplesmente. Eles estruturam a forma como os cidadãos entendem os problemas, pois são eles mesmos que confeccionam as figuras públicas e as perguntas que fazem e as que não fazem.

Todos já apreendemos, por exemplo, que os media têm o que se chama de um papel de “definição de uma agenda”. Por exemplo, sabemos que temas como a degradação do meio ambiente, o aquecimento global (alterações climáticas), a destruição da vida selvagem, a poluição do ar, água e solo são temas que preocupam e interessam aos cidadãos desde há décadas (e que até começaram a ter uma razoável cobertura mediática, mas depois os media perderam paulatinamente o interesse, mesmo sabendo que os problemas ambientais se agravam de dia para dia) e, na atualidade nacional, são substituídos por uma agenda que é marcada por casos como, por exemplo, o assalto aos paióis de Tancos, o alegado desvio dos donativos para as vítimas do incêndio de Pedrógão Grande, as nomeações de diversos familiares (e ‘boys’ do PS) pelo Governo de António Costa e, mais recentemente, a greve dos motoristas de veículos pesados de matérias perigosas que colocaram o país em “crise energética” e quase pararam aeroportos, portos, hospitais, serviços de segurança, a “Operação Influencer” e o subsequente pedido de demissão de António Costa, etc..

Quando, na primeira metade do século XX, o sociólogo norte-americano, George Gallup, começou a refinar a arte das sondagens de atitudes políticas e opiniões públicas, ele viu-as como o amanhecer de uma era mais democrática. Para ele, a ciência do estudo de opinião significava que a entrada de

informação do público no processo político já não seria limitada a uma eleição de tempos a tempos. Melhor, as elites políticas podiam agora atuar mesmo sobre os “desejos” do público e em assuntos muito específicos. Porém, a poucas semanas de mais um ato eleitoral para a escolha dos deputados no parlamento nacional, e quase um século depois dos trabalhos de George Gallup, vivemos hoje, numa sociedade saturada de sondagens de opinião e as questões que se colocam são: será que essa visão democrática foi notada? Será que os políticos respondem de facto às verdadeiras preocupações do (interesse) da opinião pública? 00Infelizmente, os dados demonstram que em vez de serem um mecanismo para alargar/estender a democracia, as sondagens de opinião são cada vez mais usadas e divulgadas de forma altamente seletiva para irem ao encontro de uma agenda política elitista. O cidadão comum e as suas inquietações, esse continua a ser ignorado.